

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	VII
<i>Abreviaturas</i>	IX
<i>Apresentação da 3ª edição</i>	XI
<i>Apresentação da 2ª edição</i>	XIII
<i>Apresentação da 1ª edição</i>	XV
<i>Prefácio</i>	XXV
Introdução	1
1. Da evolução histórica e sistemática da responsabilidade civil por acidentes de consumo	11
1.1. Da evolução histórica	13
1.1.1. Estados Unidos	15
1.1.1.1. <i>Privity of contract</i>	15
1.1.1.2. <i>Strict product liability</i>	17
1.1.2. Direito comunitário europeu	19
1.1.2.1. Os antecedentes da uniformização.....	19
1.1.2.2. A diretiva n. 85/374/CEE.....	22
1.1.3. Direito brasileiro	24
1.1.3.1. O Código de Defesa do Consumidor (CDC)	25
1.1.3.2. A jurisprudência brasileira.....	26
1.2. Das transformações no sistema de responsabilidade civil.	32
1.2.1. O princípio da relatividade dos contratos (<i>privity of contract</i>)	32
1.2.1.1. O princípio da autonomia privada.....	33

1.2.1.2. A <i>privity of contract</i> e os acidentes de consumo	37
1.2.2. Superação do princípio da culpa	41
1.2.2.1. A crise do princípio da culpa como fundamento único da responsabilidade civil .	42
1.2.2.2. Objetivação da responsabilidade civil....	45
1.2.2.3. Responsabilidade objetiva do fornecedor .	51
1.2.2.4. Conflito entre a responsabilidade por acidentes de consumo regulada pelo CDC e o Código Civil de 2002	56
1.2.3. O princípio da boa-fé na responsabilidade civil por acidentes de consumo	63
1.2.3.1. As funções da boa-fé objetiva	63
1.2.3.2. A atuação da boa-fé na responsabilidade civil	67
1.3. Tópica, sistema e microsistema	71
1.3.1. Pensamento tópico e pensamento sistemático.....	73
1.3.1.1. A tópica jurídica.....	73
1.3.1.2. Pensamento sistemático moderno	75
1.3.2. Formação dos microsistemas normativos	80
1.3.2.1. Codificação	81
1.3.2.2. Descodificação.....	83
1.3.2.3. A constitucionalização do direito privado	87
1.3.2.4. O microsistema do consumidor	94
1.4. Conceito e enumeração dos pressupostos da responsabilidade civil no sistema tradicional e no novo microsistema	98
1.4.1. Pressupostos da responsabilidade civil no sistema tradicional do Código Civil	99
1.4.1.1. Direito comparado	100
1.4.1.1.1. Direito francês	100
1.4.1.1.2. Direito português	101

1.4.1.2. Direito brasileiro	103
1.4.1.2.1. Divergência em torno dos pres- supostos	103
1.4.1.2.2. Os elementos do ato ilícito na teoria do fato jurídico de Pon- tes de Miranda	104
1.4.1.2.3. Enumeração dos pressupostos .	108
1.4.2. Os pressupostos da responsabilidade civil no mi- crossistema do CDC	110
1.4.2.1. Pressupostos desconsiderados no CDC .	111
1.4.2.1.1. Culpa e ilicitude.....	111
1.4.2.1.2. Fato, ato ou acidente de consu- mo: a denominação dessa mo- dalidade de responsabilidade civil	115
1.4.2.2. Os pressupostos da responsabilidade ci- vil pelo fato de consumo.....	117
2. Dos pressupostos da responsabilidade civil por acidentes de consumo	121
2.1. Do defeito.....	121
2.1.1. A caracterização do defeito	122
2.1.1.1. O conceito de defeito	122
2.1.1.2. Elementos de valoração	126
2.1.1.3. Produtos e serviços perigosos	130
2.1.1.3.1. O conceito de produto	130
2.1.1.3.2. Conceito de serviço	133
2.1.1.3.3. Modalidades de produtos e serviços perigosos.....	140
2.1.2. Modalidades de defeitos.....	144
2.1.2.1. Defeitos de projeto e de execução	145
2.1.2.1.1. Defeitos de projeto ou con- cepção.....	146
2.1.2.1.2. Defeitos de execução	147
2.1.2.2. Defeitos de informação.....	150

2.1.2.2.1. O dever de informação	150
2.1.2.2.2. Direito comparado	153
2.1.3. Situações especiais	159
2.1.3.1. O conceito de defeito e a subjetivação da responsabilidade do fornecedor	160
2.1.3.2. Defeito e vício.....	163
2.1.3.2.1. Pontos de contato entre os con- ceitos de vício e defeito	164
2.1.3.2.2. Diferenciação dos vícios em relação aos vícios redibitórios	166
2.1.3.2.3. Diferenças entre vícios e de- feitos	168
2.2. Da imputabilidade	170
2.2.1. A imputação aos responsáveis.....	172
2.2.1.1. Responsável real	173
2.2.1.2. O importador: responsável presumido ...	177
2.2.1.3. O comerciante: responsável aparente.....	180
2.2.1.4. Direito de regresso	186
2.2.2. A imputação objetiva.....	189
2.2.2.1. Fundamento da responsabilidade objeti- va do fornecedor	189
2.2.2.2. A responsabilidade subjetiva dos profis- sionais liberais.....	196
2.2.3. A superação do vínculo contratual: o contato so- cial de consumo como fonte da obrigação de inde- nizar do fornecedor	206
2.2.3.1. Superação da dicotomia clássica entre res- ponsabilidade contratual e extracontratual..	207
2.2.3.2. Distinção entre a responsabilidade con- tratual e extracontratual.....	209
2.2.3.3. O contato social de consumo como fonte da responsabilidade civil no CDC.....	211

2.3. Do dano	220
2.3.1. Conceito de vítima de acidente de consumo	222
2.3.1.1. Conceito básico de consumidor	223
2.3.1.2. Conceito ampliado de consumidor	226
2.3.2. Princípio da reparação integral do dano.....	231
2.3.2.1. Definição de reparação integral.....	232
2.3.2.2. Danos indenizáveis.....	234
2.3.2.3. Direito comparado.....	235
2.3.2.4. Reparação integral dos danos patrimoniais no direito brasileiro	240
2.3.2.5. Reparação integral dos danos morais.....	245
2.3.2.5.1. A ocorrência efetiva do dano moral.....	247
2.3.2.5.2. A proporcionalidade da indeniza- ção por dano moral.....	251
2.4. Do nexo causal	256
2.4.1. Teorias tradicionais sobre o nexo de causalidade .	257
2.4.1.1. Teoria da equivalência dos antecedentes ..	258
2.4.1.2. Teoria da causalidade adequada.....	260
2.4.1.3. Teoria adotada pelo direito brasileiro	263
2.4.2. Teorias sobre a pluralidade de causadores	268
2.4.2.1. Teoria da concausalidade	268
2.4.2.2. Teoria da causalidade concorrente	269
2.4.3. Teoria da causalidade alternativa.....	270
2.4.3.1. A causalidade alternativa na responsabi- lidade civil tradicional.....	270
2.4.3.2. Causalidade alternativa na responsabili- dade por acidentes de consumo	276
3. Modos de defesa do fornecedor	279
3.1. Causas de exclusão previstas no Código de Defesa do Consumidor	279

3.1.1. Não-colocação do produto no mercado.....	280
3.1.2. Inexistência de defeito no produto ou no serviço ...	286
3.1.2.1. Direito comunitário europeu	286
3.1.2.2. Direito brasileiro	288
3.1.3. Culpa do consumidor	290
3.1.3.1. Culpa exclusiva do consumidor	291
3.1.3.2. Culpa concorrente do consumidor	296
3.1.4. Fato exclusivo de terceiro.....	302
3.2. Outras causas de exclusão da responsabilidade do fornecedor	311
3.2.1. O caso fortuito e a força maior.....	312
3.2.1.1. A taxatividade das eximentes no CDC ..	312
3.2.1.2. O caso fortuito e a força maior como eximentes no microsistema do CDC	316
3.2.2. Prescrição	323
3.2.2.1. O termo inicial	323
3.2.2.2. A natureza do prazo e as causas de suspensão e interrupção	326
3.2.2.3. Perda do prazo pelo consumidor.....	329
3.2.2.4. Prazo da ação regressiva	331
3.2.2.5. Caducidade.....	333
3.2.3. Fato do príncipe.....	335
3.2.4. Os riscos de desenvolvimento	339
3.2.4.1. O conceito e as características dos riscos de desenvolvimento.....	339
3.2.4.2. Riscos do desenvolvimento no direito comunitário europeu	341
3.2.4.3. Riscos de desenvolvimento no CDC.....	344
3.2.5. Cláusula de não indenizar	347
3.2.5.1. Cláusula de não indenizar no sistema tradicional	348

3.2.5.2. Cláusula de não indenizar no CDC.....	351
3.3. Ônus da prova.....	353
3.3.1. Regras normais de distribuição do ônus da prova ..	354
3.3.2. Inversão do ônus probatório <i>ope legis</i>	355
3.3.3. Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i>	356
3.3.3.1. Pressupostos da inversão.....	357
3.3.3.2. Momento da inversão.....	360
3.3.4. Inaplicabilidade à inversão <i>ope legis</i> das regras sobre a inversão <i>ope judicis</i>	363
3.3.5. A inversão do ônus da prova na responsabilidade civil dos profissionais liberais	364
3.3.6. Juízo de probabilidade na avaliação da prova	370
Conclusão.....	377
 <i>Referências bibliográficas</i>	 381
<i>Jurisprudência nacional</i>	399